

# **Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas**

**Tuper S.A.**

31 de dezembro de 2022 e 2021  
com Relatório do Auditor Independente

# **Tuper S.A.**

## Demonstrações financeiras individuais e consolidadas

31 de dezembro de 2022 e 2021

### Índice

Relatório do auditor independente sobre demonstrações financeiras individuais e consolidadas ..... 1

### Demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Balanços patrimoniais.....	7
Demonstrações dos resultados.....	9
Demonstrações dos resultados abrangentes .....	10
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido.....	11
Demonstrações dos fluxos de caixa.....	12
Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas .....	13

## Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos  
Acionistas e Administradores da  
**Tuper S.A.**  
São Bento do Sul (SC)

### Opinião com ressalva

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Tuper S.A. (“Companhia”), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos do assunto descrito na seção a seguir intitulada “Base para opinião com ressalva”, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Tuper S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

### Base para opinião com ressalva

Conforme mencionado na nota explicativa nº 23 às demonstrações financeiras, em 31 de dezembro de 2022, a Companhia possuía, na controladora, registrado na rubrica de “Impostos diferidos” no ativo não circulante, o montante líquido de R\$141.177 mil de imposto de renda e contribuição social diferidos (R\$88.979 mil em 31 de dezembro de 2021). Entretanto, devido a Companhia não possuir histórico de lucros recorrentes nos últimos exercícios, e depender de fatores externos, como a consistente demanda do mercado de atuação que lhe possibilite o aumento dos níveis de rentabilidade, além de outros fatores que não estão totalmente sob o controle da Companhia e que, portanto, não geram garantias do atingimento das projeções a ponto de ser possível concluir nesse momento que é provável a realização desses créditos conforme requerido pelo CPC 32/ IAS 12 - Tributos sobre o lucro. Dessa forma, em 31 de dezembro de 2022, o ativo não circulante e o patrimônio líquido, da controladora e do consolidado, estão apresentados a maior em R\$141.177 mil (R\$88.979 mil em 31 de dezembro de 2021) e o resultado do exercício está apresentado a maior em R\$52.198 mil (R\$28.859 mil em 31 de dezembro de 2021).

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

### **Principais assuntos de auditoria**

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Além do assunto descrito na seção “Base para opinião com ressalva”, determinamos que os assuntos descritos abaixo são os principais assuntos de auditoria a serem comunicados em nosso relatório. Para os assuntos abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou os assuntos, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”, incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar o assunto abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

#### *Avaliação do valor recuperável de ágio*

De acordo com a CPC 01 (R1) e IAS 36 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, a Companhia deve testar, ao menos anualmente, o valor recuperável do ágio ou ativo de vida útil indefinida para determinar se houve perda do valor recuperável em comparação ao seu valor contábil.

Esse teste anual de valor recuperável, divulgado na nota explicativa 12, foi importante para a nossa auditoria, devido à relevância do saldo consolidado de ágio em 31 de dezembro de 2022, relacionado a uma unidade geradora de caixa de Escapamentos, no valor de R\$86.934 mil, e também pelo nível de julgamento e complexidade das premissas aplicadas na estimativa do valor recuperável desse ativo. Entre as principais premissas, destacamos: determinação das unidades geradoras de caixa, taxa de desconto, projeção de inflação, percentuais de crescimento e rentabilidade futura dos negócios da Companhia.

Em 31 de dezembro de 2022, a administração da Companhia revisou o valor recuperável do ágio acima referido e, como resultado, identificou a necessidade de redução do valor recuperável do ágio relacionado à unidade geradora de Escapamentos, no montante de R\$30.293 mil, o qual foi registrado nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros o envolvimento de especialistas em modelagem para nos auxiliar na avaliação das premissas e metodologias usadas pela Companhia, em particular aquelas relacionadas às estimativas de receitas futuras, margens de lucro, taxa de crescimento e taxa de desconto. Efetuamos ainda, com o auxílio de especialistas modelagem financeira, a avaliação dos critérios de definição e identificação das unidades geradoras de caixa, bem como a comparação das principais premissas com dados externos, quando disponível. Adicionalmente: (i) avaliamos a exatidão e integridade das informações utilizadas nos cálculos; (ii) realizamos revisão retrospectiva de projeções anteriores para avaliar a assertividade das projeções elaboradas pela diretoria e sua correlação com os resultados subsequentes; (iii) realizamos cálculo independente sensibilizando as principais premissas utilizadas, e; (iv) avaliamos a adequação das divulgações da Companhia.

Baseados nos resultados dos procedimentos de auditoria efetuados no teste de valor recuperável do ágio, que estão consistentes com a avaliação da diretoria, consideramos que as avaliações de valor recuperável do ágio decorrente de aquisição de empresas, preparadas pela Companhia, assim como as respectivas divulgações nas notas explicativas 2.7, 2.13 e 12, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

#### *Continuidade operacional*

Conforme divulgado na nota explicativa 1, as demonstrações financeiras foram preparadas utilizando-se o pressuposto da continuidade operacional, levando em consideração que em 31 de dezembro de 2022, a Companhia possui capital circulante negativo, onde o passivo circulante excedeu o ativo circulante individual e consolidado em R\$123.096 mil e R\$120.758 mil, respectivamente. Para equalização da situação do capital circulante negativo, a diretoria da Companhia tem tomado ações, dentre as quais destacam-se: (i) reperfilamento da dívida junto a determinados credores através de um novo plano de recuperação extrajudicial homologado ao final do exercício de 2021 que, na data dessas demonstrações financeiras, segue aguardando o julgamento de recursos pelo Tribunal de Justiça de Santa Catarina; e (ii) geração operacional de caixa, baseada nas projeções de resultado e de fluxos de caixa futuros para os próximos doze meses da data do balanço.

Por essas razões esse assunto foi considerado significativo para a nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, a análise das projeções de fluxo de caixa preparadas pela diretoria, e devidamente aprovadas pelo Conselho de Administração, considerando a razoabilidade das principais premissas utilizadas, tais como os resultados já realizados, dados externos de juros e inflação, além de avaliarmos a integridade aritmética dos cálculos. Adicionalmente, avaliamos a adequação das divulgações efetuadas nas notas explicativas às demonstrações financeiras.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, que estão consistentes com a avaliação da diretoria, consideramos aceitáveis as estimativas e julgamentos da diretoria que suportam a utilização do pressuposto da continuidade operacional, assim como as respectivas divulgações na nota explicativa 1, no contexto das demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, tomadas em conjunto.

### **Responsabilidades da diretoria pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas**

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

## **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Belo Horizonte, 10 de março de 2023.

Ernst & Young  
Auditores Independentes S/S Ltda.  
CRC-SP015199/O



Yago Freitas de Paula  
Contador CRC-MG091499/O

## Tuper S.A.

Balancos patrimoniais  
31 de dezembro de 2022 e 2021  
(Em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Ativo					
Ativo circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	5	1.293	1.493	2.390	4.885
Aplicações financeiras	5	5.466	33.827	6.418	36.341
Contas a receber	6	257.994	354.484	282.151	353.901
Estoques	7	176.268	235.986	186.457	253.014
Impostos a recuperar	8	61.052	118.441	62.076	118.716
Dividendos a receber	9	13.389	368	-	-
Outros créditos		2.325	4.613	2.391	4.902
Despesas antecipadas		2.610	2.456	2.665	2.512
Total ativo circulante		520.397	751.668	544.548	774.271
Ativo não circulante					
Fundo de Investimento em Direitos					
Creditórios	5	14.193	5.725	14.193	5.725
Contas a receber	6	33	22	36	22
Impostos a recuperar	8	3.315	30.036	3.315	30.036
Impostos diferidos	23.b	141.177	88.979	142.110	88.979
Depósitos judiciais	16	1.484	11.049	1.586	11.205
Créditos com partes relacionadas	17	177.473	177.473	177.473	177.473
Outros créditos		2.834	4.098	2.954	4.052
		340.509	317.382	341.667	317.492
Propriedade para investimentos	10	2.901	2.901	2.901	2.901
Investimentos em controladas	9	732	689	-	-
Outros Investimentos		15	10	15	10
Imobilizado	11	373.475	366.340	379.881	371.516
Intangível	12	93.489	125.559	93.489	125.559
		470.612	495.499	476.286	499.986
Total ativo não circulante		811.121	812.881	817.953	817.478
Total do ativo					
		1.331.518	1.564.549	1.362.501	1.591.749

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Passivo					
Passivo circulante					
Fornecedores	13	<b>306.995</b>	405.487	<b>308.309</b>	406.095
Empréstimos, financiamentos e debêntures	14	<b>250.248</b>	356.166	<b>265.581</b>	371.310
Arrendamento a pagar		<b>134</b>	2.898	<b>3.338</b>	5.253
Obrigações sociais		<b>23.253</b>	19.521	<b>24.559</b>	20.697
Obrigações tributárias		<b>8.732</b>	7.010	<b>12.053</b>	13.139
Parcelamentos tributários	15	<b>10.087</b>	16.311	<b>13.098</b>	18.351
Partes relacionadas	17	<b>8.620</b>	8.462	-	-
Adiantamento de clientes		<b>10.944</b>	17.980	<b>11.038</b>	16.549
Outras obrigações		<b>24.480</b>	22.905	<b>27.330</b>	25.752
Total passivo circulante		<b>643.493</b>	856.740	<b>665.306</b>	877.146
Passivo não circulante					
Fornecedores	13	<b>86.542</b>	109.317	<b>86.542</b>	109.317
Empréstimos, financiamentos e debêntures	14	<b>274.335</b>	328.893	<b>279.925</b>	343.133
Arrendamento a pagar		-	407	<b>3.544</b>	3.354
Obrigações tributárias		-	1.020	-	1.020
Parcelamentos tributários	15	<b>7.525</b>	23.641	<b>13.035</b>	27.347
Partes relacionadas	17	<b>5.586</b>	14.205	-	-
Provisão passivo a descoberto	9	<b>906</b>	1.310	-	-
Provisão para contingências	16	<b>89.835</b>	94.717	<b>90.853</b>	96.133
Outras obrigações		<b>5.210</b>	-	<b>5.210</b>	-
Total passivo não circulante		<b>469.939</b>	573.510	<b>479.109</b>	580.304
Total do passivo		<b>1.113.432</b>	1.430.250	<b>1.144.415</b>	1.457.450
Patrimônio líquido					
Capital social	18.a	<b>175.000</b>	175.000	<b>175.000</b>	175.000
Ajustes de avaliação patrimonial	18.b	<b>29.147</b>	31.042	<b>29.147</b>	31.042
Reserva legal	18.c	<b>4.189</b>	-	<b>4.189</b>	-
Reserva de lucros retidos	18.d	<b>9.750</b>	(71.743)	<b>9.750</b>	(71.743)
Total do patrimônio líquido		<b>218.086</b>	134.299	<b>218.086</b>	134.299
Total do passivo e patrimônio líquido		<b>1.331.518</b>	1.564.549	<b>1.362.501</b>	1.591.749

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

## Tuper S.A.

Demonstrações dos resultados  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021  
(Em milhares de reais, exceto o lucro por ação)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Receita operacional líquida	19	<b>2.637.967</b>	2.390.199	<b>2.709.874</b>	2.441.474
Custos dos produtos/serviços vendidos	20	<b>(2.191.876)</b>	(2.020.664)	<b>(2.191.927)</b>	(2.013.919)
Lucro bruto		<b>446.091</b>	369.535	<b>517.947</b>	427.555
Despesas com vendas	20	<b>(221.496)</b>	(153.851)	<b>(260.364)</b>	(188.231)
Despesas gerais e administrativas	20	<b>(35.810)</b>	(26.665)	<b>(39.826)</b>	(30.847)
Outras receitas e despesas, líquidas	20/21	<b>(36.013)</b>	(31.064)	<b>(36.318)</b>	(31.880)
Equivalência patrimonial	9	<b>15.076</b>	5.035	-	-
Lucro antes do resultado financeiro		<b>167.848</b>	162.990	<b>181.439</b>	176.597
Receitas financeiras	22	<b>69.932</b>	52.161	<b>70.415</b>	52.619
Despesas financeiras	22	<b>(184.942)</b>	(164.338)	<b>(193.259)</b>	(171.055)
Lucro antes dos impostos		<b>52.838</b>	50.813	<b>58.595</b>	58.161
Imposto de renda e contribuição social correntes	23.a	<b>(21.249)</b>	(678)	<b>(27.938)</b>	(8.026)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	23.a	<b>52.198</b>	4.586	<b>53.130</b>	4.586
Lucro líquido do exercício		<b>83.787</b>	54.721	<b>83.787</b>	54.721
Lucro líquido por ação, básico e diluído - em reais	25	<b>214,76</b>	140,25	<b>214,76</b>	140,25

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

## Tuper S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021  
(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Lucro líquido do exercício	<b>83.787</b>	54.721	<b>83.787</b>	54.721
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
Total do resultado abrangente	<b>83.787</b>	54.721	<b>83.787</b>	54.721

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

## Tuper S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021  
(Em milhares de reais)

	<b>Capital social integralizado</b>	<b>Ajuste de avaliação patrimonial</b>	<b>Reserva legal</b>	<b>Reserva de lucros</b>	<b>Patrimônio líquido</b>
Saldos em 31 de dezembro de 2020	175.000	32.997	-	(128.419)	79.578
Lucro líquido do exercício	-	-	-	54.721	54.721
Realização do custo atribuído, líquido de impostos	-	(1.955)	-	1.955	-
Saldos em 31 de dezembro de 2021	175.000	31.042	-	(71.743)	134.299
Lucro líquido do exercício	-	-	-	<b>83.787</b>	<b>83.787</b>
Constituição de reserva legal	-	-	<b>4.189</b>	<b>(4.189)</b>	-
Realização do custo atribuído, líquido de impostos	-	<b>(1.895)</b>	-	<b>1.895</b>	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022	<b>175.000</b>	<b>29.147</b>	<b>4.189</b>	<b>9.750</b>	<b>218.086</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

## Tuper S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021  
(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Atividades operacionais				
Lucro antes dos impostos sobre resultado	52.838	50.813	58.595	58.161
Ajuste de itens sem desembolso de caixa:				
Depreciação e amortização	29.427	30.806	31.880	33.037
Equivalência patrimonial	(15.076)	(5.035)	-	-
Provisão obrigações sociais	7.544	5.758	7.908	6.070
Provisão de juros e variação cambial sobre empréstimos e financiamentos	79.667	56.593	83.718	60.527
Provisão de juros sobre arrendamentos	93	248	754	726
Reversão de juros sobre fornecedores	-	(20.946)	-	(20.523)
Provisão para demandas judiciais	(4.882)	48.585	(5.280)	48.446
Provisão perdas com estoques e contas a receber	4.909	4.301	5.007	4.345
Créditos tributários	-	(26.063)	-	(26.063)
Baixas do ativo permanente e outros investimentos	30.686	196	30.805	198
Variações nos ativos e passivos:				
Redução/(aumento) das contas a receber	96.475	(205.196)	71.634	(188.436)
Redução/(aumento) dos estoques	54.813	(120.584)	61.652	(131.780)
Redução/(aumento) dos impostos a recuperar	84.110	(945)	83.361	(801)
Redução/(aumento) de outros ativos	12.963	(14.343)	13.075	(14.442)
Aumento/(redução) de fornecedores	(121.267)	173.197	(120.561)	173.131
Aumento/(redução) de obrigações sociais	(3.812)	(2.530)	(4.046)	(2.606)
Aumento/(redução) de obrigações tributárias	(21.638)	(49.493)	(21.671)	(49.343)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(21.249)	(678)	(27.938)	(8.026)
Aumento/(redução) de outros passivos	455	14.753	5.520	15.065
Fluxo de caixa originado/(gerado) em atividades operacionais	266.056	(60.563)	274.413	(42.314)
Atividades de investimento				
Dividendos recebidos	1.608	11.259	-	-
Aporte de capital em investidas	(5)	(10)	(5)	(10)
Aquisição de imobilizado	(34.339)	(20.649)	(38.141)	(21.639)
Aquisição de intangível	(839)	(758)	(839)	(758)
Aplicação financeira	19.893	(27.621)	21.455	(25.365)
Fluxo de caixa aplicado (originado) nas atividades de investimento	(13.682)	(37.779)	(17.530)	(47.772)
Atividades de financiamento				
Captação de empréstimos e financiamentos	1.058.145	1.365.348	1.058.245	1.365.788
Amortização de empréstimos e financiamentos	(1.207.190)	(1.208.471)	(1.215.678)	(1.210.977)
Pagamento de juros sobre empréstimos e financiamentos	(91.097)	(53.294)	(95.222)	(57.378)
Pagamento de arrendamentos	(3.970)	(3.637)	(6.723)	(6.163)
Pagamento de mútuo à partes relacionadas	(8.462)	(2.332)	-	-
Fluxo de caixa aplicado em atividades de financiamento	(252.574)	97.614	(259.378)	91.270
Variação líquida do caixa e valores equivalentes	(200)	(728)	(2.495)	1.184
Caixa e valores equivalentes no início do exercício	1.493	2.221	4.885	3.701
Caixa e valores equivalentes no fim do exercício	1.293	1.493	2.390	4.885

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

## **Tuper S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas  
31 de dezembro de 2022 e 2021  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### **1. Informações gerais**

Fundada em 1971, a TUPER S.A. (“Companhia” ou “Controladora”) é uma sociedade por ações de capital fechado com sede social em São Bento do Sul, Santa Catarina, Brasil. A TUPER S.A. controla 7 subsidiárias integrais, doravante coletivamente denominadas “TUPER” ou “Grupo”.

Com 51 anos de atuação, a TUPER figura entre as principais processadoras de aço do Brasil. Com cerca de 2.000 profissionais e 21 pontos de distribuição em todo território nacional, a Companhia atua em diferentes setores estratégicos da economia, como: automotivo, industrial, agronegócios, construção civil e óleo e gás.

#### Portfólio de produtos e foco de atuação

A TUPER conta com um amplo portfólio de produtos, que contempla, tubos de aço carbono pretos e galvanizados para aplicações industriais, estruturais e de condução; tubos API; eletrodutos galvanizados; perfis estruturais metálicos; peças e componentes automotivos; sistemas de exaustão para veículos originais; escapamentos, catalisadores e ponteiras para o mercado automotivo de reposição; sistemas de coberturas metálicas; lajes nervuradas; escoras metálicas; andaimes; estacas. A evolução da sua linha de produtos acompanha as tendências do mercado e atende às mais exigentes normas nacionais e internacionais.

Atenta às oportunidades e demandas de mercado, a TUPER contribui de forma significativa para impulsionar o setor do aço. Integra também o Comitê de Petróleo e Gás da Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina (Fiesc) e conta com premiações e o reconhecimento dos principais setores em que atua.

#### Estrutura de capital

Em 6 de outubro de 2016 a TUPER S.A. e a ArcelorMittal Brasil S.A., por meio da subsidiária ArcelorMittal Planos Comercial Ltda., oficializaram a associação estratégica que contempla a capitalização de créditos financeiros em capital correspondente à 40% das ações da TUPER.

A associação estratégica trouxe vantagens para as duas companhias e também possibilitou fortalecimento do mercado nacional por meio do desenvolvimento de produtos competitivos, inovadores, de alta qualidade e valor agregado.

## 1. Informações gerais--Continuação

### Estrutura de capital--Continuação

Nesta configuração, a ArcelorMittal Brasil passou a ter um parceiro estratégico com grande consumo de bobinas laminadas e galvanizadas produzidas nas unidades ArcelorMittal. Por sua vez, a TUPER ganhou maior segurança no abastecimento da matéria-prima, visto que as companhias firmaram acordo de fornecimento das matérias-primas produzidas pela ArcelorMittal. Essa combinação resulta no atendimento efetivo e pleno aos clientes, tanto no mercado interno como no externo.

### Medidas de equacionamento econômico e financeiro

O lucro apresentado de R\$83.787 contextualiza um cenário favorável (R\$54.721 em 31 de dezembro de 2021). O capital circulante negativo no valor de R\$123.096 e R\$120.758 (R\$105.072 e R\$102.875 em 31 de dezembro de 2021), respectivamente individual e consolidado, é atribuído principalmente à captação de recursos com vencimento no curto prazo para financiamento do capital de giro.

Diante desse contexto, a TUPER mantém o seu plano de reestruturação e fortalecimento que inclui várias ações, dentre as quais podemos destacar o alongamento do prazo de vencimento dos recursos de terceiros, ampliação de novas linhas de crédito para capital de giro e redução de custos e despesas.

Dessa forma, considerando as medidas de equacionamento econômico e financeiro, a Administração entende que a Companhia tem capacidade de continuidade operacional, seja através da captação de recursos de terceiros, ou através de suas operações, suficientes para geração de fluxo de caixa para honrar seus compromissos de curto prazo. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações contábeis foram preparadas com base no pressuposto de continuidade. Esta afirmação é baseada nas expectativas da Administração em relação ao futuro da Companhia, sendo consistentes com o seu plano de negócios.

### Plano de Recuperação Extrajudicial

No exercício de 2018, a Companhia renegociou a maior parte da dívida com seus credores, mediante a celebração de um Plano de Recuperação Extrajudicial, que garantiu um exercício de carência para a amortização e alongamento do prazo de pagamento, contribuindo com a retomada do seu ciclo operacional.

## **1. Informações gerais--Continuação**

### Plano de Recuperação Extrajudicial--Continuação

No entanto, considerando que o desempenho da economia não aconteceu na mesma velocidade que estava prevista no plano, a Companhia iniciou uma nova rodada de negociações com os credores a fim de rediscutir o cronograma de amortização, visando o alongamento da dívida e propondo um novo exercício de carência, estabelecendo assim um fluxo de caixa sustentável.

Com o apoio da maioria de seus credores, a Companhia propôs o Novo Plano de Recuperação Extrajudicial, o qual foi recebido pela Justiça Estadual no início de novembro de 2020 e recebeu a impugnação de 3 credores. No decorrer do processo, a Juíza responsável pela ação nomeou um Administrador Judicial para verificar o cumprimento das condições previstas no Plano, e, em novembro de 2021, o Administrador Judicial concluiu seu parecer favoravelmente à Tuper e recomendou a aprovação do Plano.

Em 05 de novembro de 2021 a Juíza entendeu que a Tuper cumpriu todos os requisitos legais para sua aprovação e por este motivo homologou por sentença o Novo Plano de Recuperação Extrajudicial. Considerando os recursos de apelação protocolados buscando a reforma total ou parcial da sentença de homologação do Plano, o assessor jurídico classificou a probabilidade de êxito desses recursos como remota, visto que todos os pontos em questão já foram amplamente discutidos e documentados no parecer técnico do administrador judicial.

Com base no artigo 164, parágrafo 7º, da Lei nº 11.101/2005 que é expresso nesse sentido, prevendo que a apelação será destituída do efeito suspensivo, considerando a publicação da sentença, a Companhia procedeu todos os lançamentos e registros necessários nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2021.

Em julho de 2022 o Santander optou por desistir do seu recurso de apelação que questionava a aprovação do Plano, fato que deve contribuir para encurtar a discussão judicial e acelerar o trânsito em julgado da decisão. Na data de emissão destas demonstrações financeiras ainda segue pendente o julgamento dos recursos pelo Tribunal de Justiça de Santa Catarina.

## **2. Resumo das principais políticas contábeis**

A Companhia optou por apresentar as demonstrações financeiras individuais e consolidadas em um único conjunto de demonstração, por não existir diferença das demonstrações financeiras individuais e consolidadas entre o patrimônio líquido e resultados atribuíveis aos acionistas da controladora.

## 2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatórios Financeiros - IFRS e as práticas contábeis adotadas no Brasil, e sua emissão foi aprovada pela Diretoria em 10 de março de 2023.

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação e elaboração dessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão definidas a seguir. Estas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário. A Companhia adotou todas as normas vigentes em 31 de dezembro de 2022 em suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

A Administração da Companhia entende que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão sendo evidenciadas, correspondendo às utilizadas por ela na sua gestão. Ressaltamos, ainda, que as práticas contábeis consideradas imateriais não foram incluídas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

### 2.1. Bases para preparação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, exceto quando de outra forma indicado. A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas requer o uso de certas estimativas contábeis e julgamento da Administração da Companhia, sendo as mais relevantes divulgadas na nota explicativa 3.

### 2.2. Base de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas são compostas pelas demonstrações financeiras da Tuper S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2022, apresentadas a seguir:

Razão social	País Sede	Relação	% de Participação	
			12/2022	12/2021
TUPER Distr.de Autopeças S.A.-DF	<b>Brasil</b>	Direta	<b>100%</b>	100%
TUPER Distr.de Autopeças S.A.-RS	<b>Brasil</b>	Direta	<b>100%</b>	100%
TUPER Distr.de Autopeças S.A.-SC	<b>Brasil</b>	Direta	<b>100%</b>	100%
TUPER Distr.de Autopeças S.A.-MG	<b>Brasil</b>	Direta	<b>100%</b>	100%
TUPER Distr. Prod. Metal S.A.-DF	<b>Brasil</b>	Direta	<b>100%</b>	100%
TUPER Distr. de Escap. S.A.-SP	<b>Brasil</b>	Direta	<b>100%</b>	100%
TUPER Distr.de Autopeças S.A.-MT	<b>Brasil</b>	Direta	<b>100%</b>	100%

## **2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação**

### **2.2. Base de consolidação--Continuação**

As controladas são integralmente consolidadas a partir da data de aquisição, sendo esta, a data na qual a Companhia obtém controle, e continuam a ser consolidadas até a data em que esse controle deixe de existir. Os critérios adotados na consolidação são aqueles previstos pela CPC 36 - Demonstrações Consolidadas.

Nas demonstrações financeiras individuais da Companhia as informações financeiras das controladas são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial.

Todas as transações, saldos, receitas e despesas entre as empresas do Grupo são eliminadas integralmente nas demonstrações financeiras consolidadas.

### **2.3. Investimentos nas demonstrações financeiras individuais**

Nas demonstrações financeiras individuais as controladas são contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial. Os mesmos ajustes são feitos tanto nas demonstrações financeiras individuais quanto nas demonstrações financeiras consolidadas para chegar ao mesmo resultado e patrimônio líquido atribuível aos acionistas da controladora.

### **2.4. Moeda funcional e transações em moedas estrangeiras**

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas são mensuradas e estão apresentadas em reais (R\$) que é a moeda funcional da Companhia, definida devido ao ambiente econômico em que a Companhia atua e na qual são realizadas suas principais operações. As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data da transação. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data do balanço. Todas as diferenças são registradas na demonstração do resultado.

### **2.5. Instrumentos financeiros - Reconhecimento inicial e mensuração subsequente**

#### Ativos financeiros

Os ativos financeiros incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e outras contas a receber, empréstimos e outros recebíveis.

## 2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

### 2.5. Instrumentos financeiros - Reconhecimento inicial e mensuração subsequente-- Continuação

#### Ativos financeiros--Continuação

##### a) *Reconhecimento inicial e mensuração dos ativos financeiros*

Ativos financeiros são reconhecidos e mensurados ao valor justo por meio do resultado, a menos que seja mensurado ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios para a gestão destes ativos financeiros. Com exceção das contas a receber de clientes que não contenham um componente de financiamento significativo, a Companhia inicialmente mensura um ativo financeiro ao seu valor justo acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado.

##### b) *Desreconhecimento (baixa) dos ativos financeiros*

Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado quando expirarem o direito de receber fluxos de caixa do ativo.

#### Passivos financeiros

Os passivos financeiros incluem contas a pagar a fornecedores, outras contas a pagar, empréstimos, financiamentos e debêntures.

##### a) *Reconhecimento inicial e mensuração dos passivos financeiros*

Passivos financeiros são classificados como passivos financeiros a valor justo por meio do resultado, empréstimos e financiamentos. O Grupo determina a classificação dos seus passivos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial. Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado.

## **2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação**

### **2.5. Instrumentos financeiros - Reconhecimento inicial e mensuração subsequente-- Continuação**

#### Passivos financeiros--Continuação

#### *b) Desreconhecimento (baixa) dos passivos financeiros*

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado.

### **2.6. Ajuste a valor presente**

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são ajustados pelo seu valor presente, e os de curto prazo, quando relevantes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto. O ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Dessa forma, os juros embutidos nas receitas, despesas e custos associados a esses ativos e passivos são descontados com o intuito de reconhecê-los em conformidade com o regime de competência.

Posteriormente, esses juros são realocados nas linhas de despesas e receitas financeiras no resultado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa contratual. A Companhia avalia periodicamente o efeito deste procedimento e não transacionou operações de longo prazo (e tão pouco relevantes de curto prazo) que se qualificassem a serem ajustadas no exercício.

### **2.7. Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros**

Os ativos que têm uma vida útil indefinida, não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para a verificação de impairment. Os ativos que estão sujeitos à depreciação ou amortização são revisados para a verificação de impairment sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável.

Uma perda por impairment é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o valor em uso.

## **2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação**

### **2.7. Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros--Continuação**

Para fins de avaliação do impairment, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa - UGC). Os ativos não financeiros, exceto o ágio, que tenham sofrido impairment, são revisados para a análise de uma possível reversão do impairment na data de apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas. A Companhia realiza testes de recuperabilidade para os ativos intangíveis, imobilizado e outros ativos não circulantes incluindo o ágio. Vide nota explicativa 12 para maiores detalhes sobre os testes de recuperabilidade de ágio.

### **2.8. Caixa e equivalentes de caixa**

Caixa e equivalentes de caixa incluem numerário em poder da Companhia, depósitos bancários de livre movimentação e aplicações financeiras de curto prazo e de alta liquidez com vencimento original em três meses ou menos da data do investimento.

### **2.9. Contas a receber**

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de mercadorias no decurso normal das atividades da Companhia. As contas a receber de clientes, inicialmente, são reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva menos a provisão para impairment (perdas no recebimento de créditos). Na prática são reconhecidas ao valor faturado ajustado a valor presente e pela provisão para perdas, quando necessário.

### **2.10. Estoques**

Os estoques estão registrados pelo menor valor entre o custo e o valor líquido realizável. O custo é determinado usando o método do custo médio. O custo dos produtos acabados e em elaboração compreende o custo das matérias-primas, mão de obra e outros custos indiretos relacionados à produção baseados na ocupação normal da capacidade. O valor líquido realizável é estimado com base no preço de venda dos produtos em condições normais de mercado, menos as despesas variáveis de vendas.

## 2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

### 2.11. Propriedades para investimento

As propriedades para investimento são mantidas para auferir aluguel ou para valorização do capital. Não são mantidas para uso na produção ou fornecimento de bens ou serviços, finalidades administrativas ou venda no curso ordinário do negócio. As propriedades para investimento são inicialmente reconhecidas pelo seu custo e após o reconhecimento inicial a Companhia e suas controladas também mensuram, somente para efeitos de divulgação, tais propriedades pelo método de valor justo.

### 2.12. Imobilizado

Os itens do ativo imobilizado são mensurados pelo método do custo deduzido da respectiva depreciação e perdas por impairment, quando aplicável. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado.

Todos os outros reparos e manutenções que não geram aumento no benefício econômico futuro, são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear durante a vida útil estimada. Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício. O valor contábil de um ativo é imediatamente ajustado se este for maior que seu valor recuperável estimado.

### 2.13. Intangível

#### Ágio

O ágio (goodwill) é representado pela diferença positiva entre o valor pago ou a pagar e o montante líquido do valor justo dos ativos e passivos da controlada adquirida. O ágio de aquisições de controladas é registrado como “ativo intangível” nas Demonstrações Financeiras. O ágio é testado anualmente para verificar prováveis perdas (impairment) e contabilizado pelo seu valor de custo menos as perdas acumuladas por impairment, que não são revertidas. Os ganhos e as perdas da alienação de uma entidade incluem o valor contábil do ágio relacionado com a entidade vendida. O ágio é alocado às Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) para fins de teste de impairment. A alocação é feita para as Unidades Geradoras de Caixa ou para os grupos de Unidades Geradoras de Caixa que devem se beneficiar da combinação de negócios da qual o ágio se originou, devidamente segregada, de acordo com o segmento operacional.

## **2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação**

### **2.13. Intangível--Continuação**

#### Softwares

As licenças de software adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para ser utilizados. Esses custos são amortizados durante sua vida útil estimada.

#### Desenvolvimento de projetos

Os gastos com desenvolvimento vinculados a inovações tecnológicas dos produtos são capitalizados se tiverem viabilidade tecnológica e econômica, e amortizados pelo período esperado de benefícios. Após o reconhecimento inicial, o ativo é apresentado ao custo menos amortização acumulada e perdas de seu valor recuperável. A amortização é iniciada quando o desenvolvimento é concluído e o ativo encontra-se disponível para uso, pelo período do benefício econômico futuro. Gastos com pesquisa são registrados como despesas quando incorridos.

### **2.14. Fornecedores**

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso ordinário dos negócios e são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva. Na prática, são reconhecidas ao valor da fatura correspondente, ajustada a valor presente e acrescidos de juros, quando aplicável.

### **2.15. Empréstimos e financiamentos**

#### Geral

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos da transação incorridos e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de resgate (pagamentos) é reconhecida na demonstração do resultado durante o exercício em que os empréstimos estejam em andamento, utilizando o método da taxa de juros efetiva.

## **2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação**

### **2.15. Empréstimos e financiamentos--Continuação**

#### Debêntures

As debêntures emitidas foram registradas pelo seu valor líquido recebido, deduzidos os custos com transações utilizadas na captação dos recursos, sendo que os custos serão amortizados e os encargos financeiros reconhecidos como despesas financeiras no resultado durante o exercício de vigência das debêntures.

#### Custo dos empréstimos e financiamentos

Custos de empréstimos diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso ou venda são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no exercício em que são incorridos. Custos de empréstimo compreendem juros e outros custos incorridos por uma entidade relativos ao empréstimo.

### **2.16. Arrendamento mercantil**

Arrendamento mercantil financeiro é aquele em que há transferência substancial dos riscos e benefícios inerentes à propriedade de um ativo. O título de propriedade pode ou não vir a ser transferido. Os arrendamentos mercantis financeiros são registrados como ativos e passivos similarmente a operações de financiamento por quantias iguais ao valor justo do bem arrendado ou, se inferior, ao valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento mercantil, cada um determinado no início do arrendamento mercantil. Os pagamentos do arrendamento mercantil são segregados entre encargo financeiro lançado ao resultado e redução do passivo em aberto.

O CPC 06 (R2), estabeleceu novos princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de arrendamentos e exige que os arrendatários contabilizem todos os arrendamentos sob um único modelo de balanço, similar à contabilização dos arrendamentos financeiros. Em sua análise, a Companhia considerou as isenções relacionadas a contrato de curto prazo e bens de baixo valor, conforme previsto na norma. A natureza dos contratos de arrendamento é substancialmente de aluguéis de imóveis.

## **2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação**

### **2.17. Provisões**

As provisões são reconhecidas quando a Companhia e suas controladas têm uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes do imposto, a qual reflete as avaliações atuais do mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

#### Provisões para contingências (riscos tributários, cíveis e trabalhistas)

A Companhia e suas controladas são parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. Os processos com riscos classificados como perdas possíveis não são reconhecidos, sendo apenas divulgados nas notas explicativas, e os classificados como remotos não requerem provisão, nem divulgação.

### **2.18. Imposto de Renda e Contribuição Social**

Apurados pelo lucro real à razão de 15% sobre o Lucro Tributável e adicional de 10% para o imposto de renda, e de 9% para a contribuição social. O imposto de renda e a contribuição social diferidos lançados no ativo não circulante ou no passivo não circulante decorrem de prejuízos fiscais e bases negativas da contribuição social e de diferenças temporárias originadas entre receitas e despesas lançadas no resultado, entretanto, adicionadas ou excluídas temporariamente na apuração do lucro real e da contribuição social. Os ativos decorrentes de créditos tributários diferidos somente são reconhecidos quando há expectativa da geração de resultados futuros suficientes para compensá-los.

## **2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação**

### **2.18. Imposto de Renda e Contribuição Social--Continuação**

Nas demonstrações financeiras consolidadas, a despesa de imposto de renda e contribuição social é impactada pela adoção, em diversas das controladas, do sistema de apuração com base no lucro presumido, conforme legislação fiscal Brasileira.

### **2.19. Impostos sobre vendas**

Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre vendas exceto: (i) quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não for recuperável junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso; (ii) quando os valores a receber e a pagar forem apresentados juntos com o valor dos impostos sobre vendas, e (iii) o valor líquido dos impostos sobre vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial.

### **2.20. Reconhecimento da receita de vendas**

A receita é reconhecida quando o controle dos bens ou serviços é transferido para o cliente por um valor que reflita a contraprestação à qual o Grupo espera ter direito em troca destes bens ou serviços. A receita de vendas é mensurada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de devoluções, descontos comerciais e bonificações concedidas ao comprador e outras deduções similares, e apresentada pelo seu valor líquido.

### **2.21. Dividendos**

A distribuição de dividendos para os acionistas é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras individuais ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia e em seus respectivos atos societários. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas, em Assembleia Geral.

### **2.22. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2022**

Alguns pronunciamentos e interpretações emitidos e/ou alterados pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis tornaram-se aplicáveis pela primeira vez no exercício de 2022. No entanto, a Administração da Companhia avaliou tais normas e/ou melhorias e concluiu que as mesmas não afetaram significativamente os saldos registrados pela Companhia, são elas:

## **2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação**

### **2.22. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2022 -- Continuação**

Alterações no CPC 15 (R1), CPC 25, CPC 27, CPC 29, CPC 37 (R1) e CPC 48.

As alterações aos pronunciamentos acima são em decorrência das alterações anuais relativas ao ciclo de melhorias entre 2018 e 2020, tais como:

- (a) Contrato Oneroso - custo de cumprimento de contrato;
- (b) Ativo Imobilizado - vendas antes do uso pretendido; e
- (c) Referências à Estrutura conceitual.

### **2.23. Normas emitidas, mas ainda não vigentes**

Algumas normas e interpretações foram emitidas, mas ainda não são efetivas na data destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Da mesma forma, determinadas normas atualmente em vigor foram alteradas e serão aplicadas no futuro.

Em análise preliminar a Administração concluiu que não haverá impacto relevante às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em relação à emissão de tais normas, são elas:

- (a) IFRS 17 - Contratos de seguro;
- (b) Alterações ao IAS 1: Classificação de passivos como circulante ou não circulante;
- (c) Alterações ao IAS 8: Definição de estimativas contábeis;
- (d) Alterações ao IAS 1 e IFRS Practice Statement 2: Divulgação de políticas contábeis; e
- (e) Alterações ao IAS 12: Tributos Diferidos relacionados a Ativos e Passivos originados de uma Simple Transação.

## **3. Julgamento e uso de estimativas contábeis**

A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data-base das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

### 3. Julgamento e uso de estimativas contábeis--Continuação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas com apoio em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram apoiadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado, e a capacidade de recuperabilidade dos ativos permanentes (*impairment*), realização do ativo fiscal diferido, avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo e pelo método de ajuste a valor presente, estimativas do valor das propriedades para investimento, análise do risco de crédito para determinação da provisão para devedores duvidosos, assim como a análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas pelo menos trimestralmente.

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir.

#### Perda por Redução ao Valor Recuperável de Ativos não Financeiros

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos cinco anos e não incluem atividades de reorganização com as quais o Grupo ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste.

### 3. Julgamento e uso de estimativas contábeis--Continuação

O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação. As principais premissas utilizadas para determinar o valor recuperável das diversas unidades geradoras de caixa são revisadas no mínimo anualmente, incluindo análise de sensibilidade.

#### Impostos

Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros. Dado o amplo aspecto da legislação tributária bem como a natureza de longo prazo e a complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registrada.

Diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Companhia. Imposto diferido ativo é reconhecido para todos os prejuízos fiscais não utilizados na extensão em que seja provável que haja lucro tributável disponível para permitir a utilização dos referidos prejuízos. Julgamento significativo da Administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras.

#### Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia reconhece provisão para causas cíveis, tributárias e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

#### Outras políticas contábeis que requerem uso de julgamento e estimativas são:

- (a) Créditos de liquidação duvidosa que são inicialmente provisionados e posteriormente lançados para perda quando esgotadas as possibilidades de recuperação;
- (b) Vida útil e valor residual dos ativos imobilizados e intangíveis;
- (c) Constituição de provisão para perdas nos estoques; e
- (d) Realização dos créditos com partes relacionadas.

#### 4. Gerenciamento de riscos de instrumentos financeiros

A Companhia e suas controladas revisaram os principais instrumentos financeiros ativos e passivos, bem como os critérios para a sua valorização, avaliação, classificação e os riscos a eles relacionados, os quais estão descritos a seguir:

- Ativos ao custo amortizado: São classificados como ativos ao custo amortizado os valores de caixa e equivalentes de caixa, contas a receber e outros ativos circulantes, cujos valores registrados aproximam-se, na data do balanço, aos de realização.
- Ativos mensurados ao valor justo por meio do resultado: As aplicações financeiras são mensuradas ao valor justo por meio do resultado.
- Passivos financeiros ao custo amortizado: São classificados neste grupo os empréstimos e financiamentos, os saldos mantidos com fornecedores e outros passivos circulantes. Após o reconhecimento inicial, os outros passivos financeiros sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

Os valores justos dos instrumentos financeiros se aproximam aos valores contábeis. Os instrumentos financeiros em sua maioria são valorizados por técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo seja direta ou indiretamente observável (Nível 1), em alguns casos, técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo não esteja disponível são empregadas (Nível 2).

A Administração da Companhia realiza o gerenciamento da exposição aos riscos de taxas de juros, câmbio, crédito e liquidez em suas operações com instrumentos financeiros dentro de uma política global de seus negócios.

##### Riscos de taxas de juros

O objetivo da política de gerenciamento de taxas de juros da Companhia é o de minimizar as possibilidades de perdas por conta de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado. Para o gerenciamento do risco de taxa de juros, a Companhia adota a estratégia de diversificação de instrumentos financeiros lastreados em taxas fixas e variáveis.

A Companhia e suas controladas monitoram continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de operações para se proteger contra o risco de volatilidade dessas taxas e adotam política conservadora de captação e aplicação de seus recursos financeiros.

#### 4. Gerenciamento de riscos de instrumentos financeiros--Continuação

##### Riscos de taxas de juros--Continuação

Em 31 de dezembro de 2022 a análise de sensibilidade dos principais ativos e passivos financeiros, expostos a variáveis de taxas de juros e a índices de reajustes da Companhia e de suas controladas, e os seus respectivos impactos no resultado estão abaixo demonstrados. A sensibilidade leva em consideração a definição de dois cenários adicionais, com uma deterioração de 25% (cenário possível) e outra de 50% (cenário remoto) aplicada sobre a parcela exposta a taxa variável considerada no cenário provável, conforme segue:

Operação	Indexador	Saldo em 31/12/2022	Consolidado		
			Receita (Despesa) com juros		
			Cenário provável	Cenário possível	Cenário remoto
Aplicações financeiras	CDI	23.001	319	399	479
Capital de giro em moeda nacional	CDI	(237.666)	(47.004)	(57.025)	(67.046)
Financiamentos em moeda nacional	CDI	(149.931)	(22.561)	(27.306)	(32.050)
Financiamentos em moeda estrangeira	Libor	(63.630)	(2.530)	(2.734)	(2.938)
Debêntures em moeda nacional	CDI	(94.279)	(14.755)	(17.972)	(21.189)
Saldo líquido		(522.505)	(86.531)	(104.638)	(122.744)

##### Riscos de taxas de câmbio

A Companhia e suas controladas também estão expostas ao risco de taxa de câmbio nas operações de captação de recursos indexadas a moeda estrangeira. Para reduzir esse risco, a Administração da Companhia monitora permanentemente o mercado de câmbio. Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia está exposta a USD 12.195 relacionado a empréstimos e financiamentos (equivalente a R\$63.630) e USD 13.288 de fornecedores (equivalente a R\$69.331), na posição consolidada, sendo indexados na moeda dólar americano.

##### Risco de crédito

A Companhia não possui concentração de risco de crédito de clientes, em decorrência da diversificação da carteira de clientes, além do contínuo acompanhamento dos prazos de financiamento das vendas. Quanto ao risco de crédito associado às aplicações financeiras e equivalentes de caixa, a Companhia somente realiza operações em instituições com baixo risco de crédito.

##### Risco de liquidez

A política de gerenciamento de riscos implica em manter um nível seguro de disponibilidades de caixa ou acessos a recursos imediatos. Dessa forma, a Companhia possui aplicações com vencimento em curto prazo e com liquidez imediata.

#### 4. Gerenciamento de riscos de instrumentos financeiros--Continuação

##### Risco de liquidez--Continuação

A seguir estão apresentados os passivos financeiros sumarizados por seus respectivos vencimentos conforme termos contratuais, incluindo-se pagamentos de juros estimados e excluindo o impacto de eventuais acordos de compensação:

Operação	Saldo em 31/12/2022	Consolidado					Acima de 5 anos
		Fluxo de pagamentos em 31/12/2022	Em até 1 ano	de 1 a 3 anos	de 3 a 4 anos	de 4 a 5 anos	
Empréstimos e financiamentos	<b>(545.506)</b>	<b>(634.881)</b>	(307.325)	(169.354)	(108.256)	(49.946)	-
Partes relacionadas	<b>(273.548)</b>	<b>(283.336)</b>	(251.620)	(14.409)	(11.717)	(5.590)	-
Arrendamento mercantil	<b>(6.882)</b>	<b>(15.297)</b>	(3.145)	(2.254)	(1.140)	(863)	(7.895)
Fornecedores	<b>(121.303)</b>	<b>(133.308)</b>	(64.726)	(29.190)	(26.458)	(12.934)	-
Saldo	<b>(947.239)</b>	<b>(1.066.822)</b>	(626.816)	(215.207)	(147.571)	(69.333)	(7.895)

##### Gestão de risco de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade de suas operações, para oferecer retorno aos seus acionistas e garantia às demais partes interessadas, além de manter uma adequada estrutura de capital.

#### 5. Caixa e equivalentes de caixa e Aplicações financeiras

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Caixa	<b>33</b>	7	<b>33</b>	7
Bancos conta movimento	<b>1.260</b>	1.486	<b>2.357</b>	4.878
Total de caixa e equivalentes	<b>1.293</b>	1.493	<b>2.390</b>	4.885
Aplicações financeiras	<b>5.466</b>	33.827	<b>6.418</b>	36.341
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios - FIDC	<b>14.193</b>	5.725	<b>14.193</b>	5.725
Total de aplicações financeiras	<b>19.659</b>	39.552	<b>20.611</b>	42.066
Parcela circulante	<b>6.759</b>	35.320	<b>8.808</b>	41.226
Parcela não circulante	<b>14.193</b>	5.725	<b>14.193</b>	5.725

## 5. Caixa e equivalentes de caixa e Aplicações financeiras--Continuação

Em 31 de dezembro de 2022 as aplicações financeiras são, substancialmente, representadas por CDBs remunerados por taxas de 5% a 103% do CDI, sem alteração em relação a 31 de dezembro de 2021. Tais taxas podem ter referência diária ou mensal, dependendo da característica da aplicação na instituição financeira.

As aplicações financeiras mantêm a finalidade de cumprimento de garantia em contratos firmados com instituições financeiras.

O Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Mercantil Tuper Produtos de Aço ("FIDC Tuper" ou "Fundo"), cujo objeto consta definido em regulamento e consiste no investimento em direitos creditórios constituídos sob a forma de condomínio aberto, é regido pela Resolução CMN nº 2.907/2001, pela Instrução CVM nº 356/01, pelo Regulamento e pelas demais disposições legais e regulamentares que lhe forem aplicáveis, e foi constituído com a finalidade específica de adquirir direitos creditórios originados de compras dos clientes da Companhia. A gestão do Fundo é realizada pela Ouro Preto Gestão de Recursos S.A.

O FIDC Tuper representa uma entidade de propósito específico onde as atividades são conduzidas substancialmente em função das necessidades operacionais da Companhia, a qual está exposta à maioria dos riscos e benefícios relacionados ao Fundo, através da titularidade de todas as quotas subordinadas.

O regulamento do Fundo não define meta de remuneração para as quotas subordinadas e também define que as quotas subordinadas devem representar no mínimo 20% do patrimônio líquido. Caso, esse percentual fique abaixo de 20%, as quotas subordinadas deverão ser integralizadas pela Companhia imediatamente para que fique dentro da relação mínima.

O principal investido nas quotas subordinadas do FIDC Tuper em 31 de dezembro de 2022 é apresentado no ativo não circulante pelo montante de R\$14.193 (R\$5.725 em 31 de dezembro de 2021), representando 20,11% (22,05% em 31 de dezembro de 2021) do patrimônio líquido do Fundo.

## 6. Contas a receber

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Cientes terceiros	263.831	292.751	301.842	330.167
Partes relacionadas (nota 17.a e 17.b)	16.221	81.851	4.359	45.743
Contas a receber	280.052	374.602	306.201	375.910
Venda para entrega futura	(4.724)	(2.799)	(4.724)	(2.799)
Provisão para perdas	(17.301)	(17.297)	(19.290)	(19.188)
Total do contas a receber	258.027	354.506	282.187	353.923
Parcela circulante	257.994	354.484	282.151	353.901
Parcela não circulante	33	22	36	22
<b>Aging-list contas a receber</b>	<b>31/12/2022</b>	<b>31/12/2021</b>	<b>31/12/2022</b>	<b>31/12/2021</b>
Vencidos há mais de 365 dias	16.845	16.447	18.680	18.165
Vencidos entre 180 e 365 dias	70	202	146	248
Vencidos até 180 dias	5.751	21.858	3.011	2.653
Total	22.666	38.507	21.837	21.066
A vencer em até 90 dias	253.955	333.120	280.445	351.380
A vencer entre 90 e 180 dias	2.659	1.941	3.138	2.430
A vencer acima de 180 dias	772	1.034	781	1.034
Contas a receber de clientes	280.052	374.602	306.201	375.910
<b>Movimentação da provisão para perdas</b>	<b>31/12/2022</b>	<b>31/12/2021</b>	<b>31/12/2022</b>	<b>31/12/2021</b>
Saldo anterior	(17.297)	(17.795)	(19.188)	(19.642)
Reversão de provisão	1.473	2.159	1.778	2.320
Constituição de provisão	(1.477)	(1.661)	(1.880)	(1.866)
Saldo provisão para perdas	(17.301)	(17.297)	(19.290)	(19.188)

Em 31 de dezembro de 2022 os empréstimos e financiamentos bancários estão garantidos por contas a receber de clientes, no valor de R\$202.548 (R\$252.318 em 31 de dezembro de 2021).

## 7. Estoques

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Produtos acabados	<b>71.778</b>	94.863	<b>72.687</b>	95.027
Produtos em elaboração	<b>56.792</b>	78.031	<b>56.792</b>	78.031
Matérias primas	<b>33.530</b>	45.392	<b>33.548</b>	45.416
Material em poder de terceiros	<b>8.566</b>	9.137	<b>8.566</b>	9.138
Produtos para revenda	<b>2.006</b>	2.919	<b>11.228</b>	19.716
Almoxarifado	<b>23.190</b>	19.687	<b>23.230</b>	19.729
Outros estoques	<b>326</b>	972	<b>326</b>	972
Provisão para perda de estoque	<b>(19.920)</b>	(15.015)	<b>(19.920)</b>	(15.015)
Total dos estoques	<b>176.268</b>	235.986	<b>186.457</b>	253.014

Movimentação da provisão para perda de estoque	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Saldo anterior	<b>(15.015)</b>	(10.216)	<b>(15.015)</b>	(10.216)
Reversão (constituição) de provisão	<b>(4.905)</b>	(4.799)	<b>(4.905)</b>	(4.799)
Saldo provisão para perda de estoque	<b>(19.920)</b>	(15.015)	<b>(19.920)</b>	(15.015)

Em 31 de dezembro de 2022 os empréstimos e financiamentos bancários estão garantidos por estoques, estimados em R\$89.033 (R\$93.373 em 31 de dezembro de 2021).

## 8. Impostos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
ICMS	<b>5.886</b>	23.923	<b>6.302</b>	24.149
PIS/COFINS	<b>15.269</b>	31.125	<b>15.845</b>	31.125
IPI	<b>7.888</b>	22.212	<b>7.888</b>	22.212
Créditos transitados em julgado	<b>31.987</b>	67.851	<b>31.987</b>	67.851
Outros impostos a recuperar	<b>3.337</b>	3.366	<b>3.369</b>	3.415
Total de impostos a recuperar	<b>64.367</b>	148.477	<b>65.391</b>	148.752
Parcela circulante	<b>61.052</b>	118.441	<b>62.076</b>	118.716
Parcela não circulante	<b>3.315</b>	30.036	<b>3.315</b>	30.036

A Companhia detém créditos tributários provenientes de três ações judiciais transitadas em julgado no âmbito federal, relativas à exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS, cujo saldo em 31 de dezembro de 2022 totaliza o montante de R\$4.584 (R\$43.061 em 31 de dezembro de 2021).

## 8. Impostos a recuperar--Continuação

A Companhia obteve o trânsito em julgado, em 09 de janeiro de 2023, da ação ajuizada sobre o Tema 962 do STF, cuja tese foi firmada nos seguintes termos: “É inconstitucional a incidência do IRPJ e da CSLL sobre os valores atinentes à taxa Selic recebidos em razão de repetição de indébito tributário”. Suportada pela opinião de seus consultores jurídicos, a Companhia já havia registrado os créditos em dezembro de 2021 e a partir de então passou a excluir os valores na apuração de IRPJ e CSLL. O saldo atualizado em 31 de dezembro de 2022 totaliza R\$27.403 (R\$24.790 em 31 de dezembro de 2021).

De acordo com a avaliação da Administração, os créditos tributários decorrentes das ações transitadas em julgado serão compensados com tributos administrados pela Receita Federal do Brasil nos próximos 12 meses.

## 9. Investimentos em controladas

Nome	Participação %	Patrimônio líquido		Resultado		Equivalência patrimonial		Valor patrimonial		Provisão para Perdas	
		12/2022	12/2021	12/2022	12/2021	12/2022	12/2021	12/2022	12/2021	12/2022	12/2021
Tuper Distr.de Autopeças S.A.-DF	100%	120	120	1.889	1.534	1.889	1.534	120	120	-	-
Tuper Distr.de Autopeças S.A.-RS	100%	(906)	(1.310)	404	(1.370)	404	(1.370)	-	-	(906)	(1.310)
Tuper Distr.de Autopeças S.A.-SC	100%	60	60	2.452	2.307	2.452	2.307	60	60	-	-
Tuper Distr.de Autopeças S.A.-MG	100%	60	60	4.239	1.198	4.239	1.198	60	60	-	-
Tuper Distr. Prod. Metal S.A.-DF	100%	72	65	1.467	(7)	1.467	(7)	72	65	-	-
Tuper Distr. de Escap. S.A.-SP	100%	360	324	1.930	(36)	1.930	(36)	360	324	-	-
Tuper Distr.de Autopeças S.A.-MT	100%	60	60	2.695	1.409	2.695	1.409	60	60	-	-
		(174)	(621)	15.076	5.035	15.076	5.035	732	689	(906)	(1.310)

Por política interna, os lucros apresentados pelas empresas controladas, no momento de sua apuração, são distribuídos integralmente para a Controladora TUPER S.A., observando-se a constituição da reserva legal. Desta forma, o patrimônio líquido dessas controladas não apresentam movimentação patrimonial relativa ao lucro auferido no exercício. O valor recebido de dividendos em 2022 pela Controladora Tuper S.A. foi de R\$1.608 (R\$11.259 em 2021). Em 31 de dezembro de 2022 o saldo de dividendos a receber é de R\$13.389 (R\$368 em 31 de dezembro de 2021).

## 10. Propriedades para investimentos

A Companhia mantém classificados, como propriedades para investimento terrenos e edificações que não estão em uso pela mesma, como também sem operação e com utilização ainda indeterminada. Em 31 de dezembro de 2022, essas propriedades estão registradas ao custo de R\$2.901 na Controladora e Consolidado, sem alterações com relação a 31 de dezembro de 2021.

## **10. Propriedades para investimentos--Continuação**

A política contábil da Companhia é o registro pelo custo histórico, sendo o valor justo estimado em R\$9.313 em 31 de dezembro de 2022 (R\$8.763 em 31 de dezembro de 2021), tendo como base estudo interno realizado pela Companhia, comparando imóveis semelhantes.

Em 31 de dezembro de 2022, as propriedades para investimento da Companhia estão garantindo parcialmente os empréstimos e financiamentos bancários.

## Tuper S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação  
31 de dezembro de 2022 e 2021  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 11. Imobilizado

	Controladora							
	Terrenos	Edifícios e benfeit.	Máquinas e equipam.	Instalações	Arrendamentos	Outros	Imob. em Andamento	Total
Vida útil estimada (em anos)	-	25 a 50	2 a 40	10	1 a 25	2 a 10	-	-
Saldo em 31/12/2020	19.758	101.631	229.442	7.464	4.811	8.302	2.757	374.165
	-	1.316	10.231	864	906	3.350	3.982	20.649
	-	(150)	(8)	-	-	(38)	-	(196)
Transferências entre grupos	-	-	3.059	34	-	2	(3.095)	-
Depreciação	-	(3.072)	(16.631)	(3.258)	(3.611)	(1.706)	-	(28.278)
<b>Saldo em 31/12/2021</b>	<b>19.758</b>	<b>99.725</b>	<b>226.093</b>	<b>5.104</b>	<b>2.106</b>	<b>9.910</b>	<b>3.644</b>	<b>366.340</b>
Adições	<b>494</b>	<b>1.686</b>	<b>17.324</b>	<b>671</b>	<b>706</b>	<b>4.415</b>	<b>9.043</b>	<b>34.339</b>
Baixas	-	-	(315)	(1)	-	(77)	-	(393)
Depreciação	-	(3.141)	(17.360)	(2.166)	(1.830)	(2.314)	-	(26.811)
<b>Saldo em 31/12/2022</b>	<b>20.252</b>	<b>98.270</b>	<b>225.742</b>	<b>3.608</b>	<b>982</b>	<b>11.934</b>	<b>12.687</b>	<b>373.475</b>

## Tuper S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação  
31 de dezembro de 2022 e 2021  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 11. Imobilizado--Continuação

	Consolidado							Total
	Terrenos	Edifícios e benfeit.	Máquinas e equipam.	Instalações	Arrendamentos	Outros	Imob. em Andamento	
Vida útil estimada (em anos)	-	25 a 50	2 a 40	10	1 a 25	2 a 10	-	-
Saldo em 31/12/2020	19.758	101.799	229.444	7.536	10.535	8.741	2.771	380.584
	-	1.316	10.230	934	1.656	3.520	3.983	21.639
	-	(150)	(8)	-	-	(40)	-	(198)
Transferências entre grupos	-	-	3.059	34	-	2	(3.095)	-
Depreciação	-	(3.080)	(16.631)	(3.280)	(5.674)	(1.844)	-	(30.509)
1 31/12/2021	19.758	99.885	226.094	5.224	6.517	10.379	3.659	371.516
	<b>494</b>	<b>1.686</b>	<b>17.324</b>	<b>781</b>	<b>4.243</b>	<b>4.568</b>	<b>9.045</b>	<b>38.141</b>
	-	-	(314)	(17)	-	(181)	-	(512)
Depreciação	-	(3.148)	(17.362)	(2.253)	(4.041)	(2.460)	-	(29.264)
<b>Saldo em 31/12/2022</b>	<b>20.252</b>	<b>98.423</b>	<b>225.742</b>	<b>3.735</b>	<b>6.719</b>	<b>12.306</b>	<b>12.704</b>	<b>379.881</b>

As adições na rubrica de arrendamentos não geram fluxo de caixa no exercício, tanto para a Controladora quanto para o Consolidado.

No grupo "Outros" estão classificados itens como Móveis e Utensílios, Computadores e Veículos.

Em 31 de dezembro de 2022, os empréstimos e financiamentos bancários da Companhia estão garantidos por bens do imobilizado, em sua maior parte por imóveis, máquinas e equipamentos, no montante de aproximadamente R\$327.091 (R\$332.656 em 31 de dezembro de 2021).

## Tuper S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação  
31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 12. Intangível

	Controladora e Consolidado				
	Ágio	Softwares	Ativo gerado internamente	Outros	Total
Vida útil estimada (em anos)	-	5 a 20	5 a 10	-	-
Saldo em 31/12/2020	117.227	739	9.052	311	127.329
Adições	-	190	543	25	758
Amortização	-	(175)	(2.353)	-	(2.528)
Saldo em 31/12/2021	117.227	754	7.242	336	125.559
Adições	-	723	116	-	839
Provisão para impairment	(30.293)	-	-	-	(30.293)
Amortização	-	(262)	(2.354)	-	(2.616)
<b>Saldo em 31/12/2022</b>	<b>86.934</b>	<b>1.215</b>	<b>5.004</b>	<b>336</b>	<b>93.489</b>

A Companhia realizou o teste de valor recuperável em 31 de dezembro de 2022 para o ágio da unidade geradora de caixa Escapamentos. O método utilizado para a apuração foi o valor em uso, mensurado para um período de cinco anos, com base no orçamento financeiro aprovado pela Alta Administração. A taxa de desconto aplicada a projeções de fluxo de caixa foi de 13,41% para 2023, reduzindo gradativamente até 10,04% em 2027 (10,09% em 2021). Os fluxos de caixa para os exercícios seguintes foram projetados pelo método de crescimento constante, utilizando uma taxa de crescimento limitada à inflação de longo prazo do Brasil. Devido principalmente ao aumento da taxa de desconto (oriundo do aumento da taxa básica de juros), o estudo concluiu que o valor justo mensurado é menor que o valor contábil recuperável; como resultado, a Administração reconheceu na rubrica de despesas administrativas em 2022, uma perda por redução ao valor recuperável de R\$30.293.

## Tuper S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação  
31 de dezembro de 2022 e 2021  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 13. Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Mercado interno	50.721	50.655	52.035	51.669
Mercado externo	69.331	81.748	69.331	81.748
Partes relacionadas (nota 17.a / 17.b)	273.485	382.401	273.485	381.995
Contas a pagar de fornecedores	393.537	514.804	394.851	515.412
Parcela circulante	306.995	405.487	308.309	406.095
Parcela não circulante	86.542	109.317	86.542	109.317

### 14. Empréstimos, financiamentos e debêntures

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Capital de giro	216.743	330.286	237.666	359.670
Financiamentos	213.561	251.431	213.561	251.431
Debêntures	94.279	103.342	94.279	103.342
Total empréstimos e financiamentos	524.583	685.059	545.506	714.443
Parcela circulante	250.248	356.166	265.581	371.310
Parcela não circulante	274.335	328.893	279.925	343.133

Saldos por vencimento	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Em até 1 ano	250.248	356.166	265.581	371.310
De 1 a 3 anos	125.305	103.851	130.895	118.091
De 3 a 4 anos	100.221	66.504	100.221	66.504
De 4 a 5 anos	48.809	105.818	48.809	105.818
Acima de 5 anos	-	52.720	-	52.720
	524.583	685.059	545.506	714.443

Saldos por tipo de moeda	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Reais	460.953	608.600	481.876	637.984
Dólares	63.630	76.459	63.630	76.459
	524.583	685.059	545.506	714.443

## Tuper S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação  
31 de dezembro de 2022 e 2021  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 14. Empréstimos, financiamentos e debêntures--Continuação

Movimentação	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
<b>Saldo em 31/12/2021</b>	<b>685.059</b>	524.882	<b>714.443</b>	556.483
Captações de recursos	<b>1.058.145</b>	1.365.348	<b>1.058.245</b>	1.365.788
Juros e variação monetária	<b>90.308</b>	50.789	<b>94.359</b>	54.630
Variação cambial	<b>(10.642)</b>	5.805	<b>(10.642)</b>	5.897
Amortizações de principal e juros	<b>(1.298.287)</b>	(1.261.765)	<b>(1.310.899)</b>	(1.268.355)
<b>Saldo em 31/12/2022</b>	<b>524.583</b>	685.059	<b>545.506</b>	714.443

Taxa média de juros ao ano	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Capital de giro em moeda nacional	<b>19,69%</b>	17,46%	<b>19,65%</b>	17,40%
Financiamentos em moeda nacional	<b>15,82%</b>	11,13%	<b>15,82%</b>	11,13%
Financiamentos em moeda estrangeira	<b>4,01%</b>	3,08%	<b>4,01%</b>	3,08%
Debêntures em moeda nacional	<b>15,65%</b>	11,15%	<b>15,65%</b>	11,15%

#### Capital de giro

Essa rubrica representa obrigações da Companhia junto a instituições financeiras, em moeda nacional e estrangeira, para atendimento de compromissos assumidos junto a fornecedores, antecipação de recebíveis com clientes em que o risco de crédito é mantido pela Companhia, e aporte no fluxo de caixa financeiro.

#### Financiamentos

Entre as linhas de financiamento incluem-se os contratos firmados nas modalidades destinadas a investimento em máquinas, edificações e demais ativos imobilizados, dos quais destacam-se os seguintes contratos:

- (I) Contrato firmado em 19 de outubro de 2010, no qual o Banco Credit Suisse (Brasil) S.A., concede à TUPER S.A. através da emissão de 20 (vinte) Cédulas de Crédito à Exportação "CCEs", recursos correspondentes a U\$ 30.000. A Companhia está sujeita a algumas cláusulas restritivas de dívida (covenants) que incluem, entre outras, a manutenção de índices financeiros apurados trimestralmente. O saldo devedor em 31 de dezembro de 2022 totaliza R\$44.058 (R\$53.415 em 31 de dezembro de 2021). O contrato foi renegociado em 21 de setembro de 2020, observando condições semelhantes ao Novo Plano de Recuperação Extrajudicial. O último vencimento do cronograma de amortização está previsto para 30 de junho de 2027.

## Tuper S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação  
31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 14. Empréstimos, financiamentos e debêntures--Continuação

#### Financiamentos--Continuação

- (II) Contrato firmado em 31 de março de 2011, no qual o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES concede a TUPER S.A. crédito corresponde a R\$60.496, destinado à instalação de uma nova unidade produtiva, aquisição de máquinas e equipamentos e modernização das instalações industriais. O contrato prevê algumas cláusulas restritivas de dívida (covenants) que incluem, entre outras, a manutenção de índices financeiros que são apurados anualmente no encerramento do exercício, no entanto, com a sobreposição do Novo Plano de Recuperação Extrajudicial, não há níveis de índices financeiros previstos a partir de 2022, portanto, a exigência dessas condições dependerão de novo aditivo ao contrato de financiamento. O saldo devedor em 31 de dezembro de 2022 totaliza R\$14.835 (R\$20.655 em 31 de dezembro de 2021). Considerando a inclusão do BNDES no Novo Plano de Recuperação Extrajudicial detalhado na nota 1, o último vencimento do cronograma de amortização está previsto para 30 de junho de 2027.

#### Debêntures

Em 13 de maio de 2013, a Companhia efetuou a distribuição pública da segunda emissão de debêntures simples, nominativa, escritural e não conversíveis em ações, da espécie com garantia real e com garantia adicional fidejussória, em série única, para distribuição pública com esforços restritos no valor de R\$150.000. A Companhia está sujeita a algumas cláusulas restritivas de dívida (covenants) que incluem, entre outras, a manutenção de índices financeiros apurados semestralmente. O saldo devedor em 31 de dezembro de 2022 totaliza R\$94.279 (R\$103.342 em 31 de dezembro de 2021). A Escritura de Debêntures foi aditada em 22 de abril de 2022, adotando as condições do Novo Plano de Recuperação Extrajudicial, bem como estabeleceu novos níveis de covenants. O último vencimento do cronograma de amortização está previsto para 30 de junho de 2027.

#### Cláusulas restritivas "Covenants"

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia cumpriu todos os limites de índices financeiros previstos no contrato com o Banco Credit Suisse e na escritura de emissão das Debêntures. Em relação às demais instituições financeiras sujeitas a medição de índices financeiros, as quais estão inseridas no Novo Plano de Recuperação Extrajudicial, uma vez que o mesmo foi homologado e encontra-se vigente, os "Covenants" dependerão de novo aditivo aos contratos de financiamento a serem celebrados entre a TUPER e os credores, o que até o momento não ocorreu.

## Tuper S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação  
31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 15. Parcelamentos tributários

	Vencimento	Controladora		Consolidado	
		31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Parcelamento Lei 11.941/09	07/2024	11.773	18.567	11.773	18.567
Parcelamento Lei 12.996/14	10/2029	832	928	832	928
Parcelamento INSS	12/2023	580	13.524	580	13.524
Parcelamento ICMS	03/2027	3.101	3.803	3.101	3.887
Parcelamento IRPJ e CSLL	01/2027	-	-	8.521	5.662
Outros parcelamentos	-	1.326	3.130	1.326	3.130
Total de parcelamentos tributários		17.612	39.952	26.133	45.698
Parcela circulante		10.087	16.311	13.098	18.351
Parcela não circulante		7.525	23.641	13.035	27.347

Devido a forte retração do mercado e recessão instalada do país, no exercício de novembro de 2015 à julho de 2016, a Companhia não honrou com o pagamento de algumas parcelas do Programa Refis instituído pela Lei n.º 11.941/09. Em consequência, na data de 16 de abril de 2016, foi notificada pela Receita Federal de sua exclusão no programa de parcelamento especial.

Com o objetivo de garantir a sua reinclusão no programa de parcelamento, a Companhia ingressou com Mandado de Segurança, tendo obtido liminar favorável em 18 de agosto de 2016, assegurando assim seu direito ao parcelamento. A Companhia realizou o pagamento das parcelas em aberto, teve os débitos reinseridos no programa de parcelamento e vem cumprindo suas obrigações pontualmente.

Em 18 de maio de 2017 a Justiça Federal de primeiro grau decidiu pela reinclusão da Tuper no Programa Refis. A Procuradoria da Fazenda (PRF) recorreu da referida decisão ao Tribunal Regional Federal (TRF4), solicitando a exclusão do programa de parcelamento. O TRF4 deu razão à PRF e decidiu, em 05 de dezembro de 2019, que a Tuper não teria direito ao benefício, em razão dos atrasos ocorridos. A Tuper inconformada com esta decisão, ingressou com novos recursos, e, em 09 dezembro de 2020, obteve decisão que garantiu a permanência no Programa Refis, até o julgamento final do caso pelo STJ. Na data de emissão destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ainda segue pendente o julgamento de recurso impetrado no STJ.

Diante da evolução da ação e alteração do prognóstico de perda da ação judicial, por parte dos assessores jurídicos, a Companhia provisionou o montante de R\$68.328 em relação ao incremento estimado decorrente da recomposição dos valores de multa de mora/ofício e dos juros anteriormente anistiados (R\$44.055) e da liquidação com prejuízos fiscais (R\$24.273) quando da adesão da Companhia ao programa de parcelamento, conforme demonstrado na nota explicativa 16.

## Tuper S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação  
31 de dezembro de 2022 e 2021  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 16. Provisão para contingências

A Companhia mantém provisões para contingências tributárias, cíveis e trabalhistas, cuja possibilidade de perda foi avaliada como de risco “provável” pelos assessores jurídicos externos. A Administração da Companhia prevê que a provisão para contingência constituída é suficiente para cobrir eventuais perdas com processos judiciais. Parte destas contingências está suportada por depósitos judiciais relacionados aos processos em discussão.

	Controladora			Total
	Trabalhista	Cível	Tributária	
Em 31 de dezembro de 2020	2.208	12.532	31.392	46.132
Constituição de provisões	1.314	4.882	74.041	80.237
Reversão de provisões	(784)	(781)	(30.087)	(31.652)
Em 31 de dezembro de 2021	2.738	16.633	75.346	94.717
Constituição de provisões	<b>361</b>	<b>6.991</b>	<b>2.271</b>	<b>9.623</b>
Reversão de provisões	<b>(1.857)</b>	<b>(5.219)</b>	<b>(7.429)</b>	<b>(14.505)</b>
Em 31 de dezembro de 2022	<b>1.242</b>	<b>18.405</b>	<b>70.188</b>	<b>89.835</b>
Depósitos judiciais vinculados	<b>(566)</b>	-	-	<b>(566)</b>
Saldo líquido	<b>676</b>	<b>18.405</b>	<b>70.188</b>	<b>89.269</b>
	Consolidado			Total
	Trabalhista	Cível	Tributária	
Em 31 de dezembro de 2020	2.774	13.227	31.686	47.687
Constituição de provisões	1.418	5.582	74.044	81.044
Reversão de provisões	(784)	(1.487)	(30.327)	(32.598)
Em 31 de dezembro de 2021	3.408	17.322	75.403	96.133
Constituição de provisões	<b>672</b>	<b>7.157</b>	<b>2.272</b>	<b>10.101</b>
Reversão de provisões	<b>(2.641)</b>	<b>(5.253)</b>	<b>(7.487)</b>	<b>(15.381)</b>
Em 31 de dezembro de 2022	<b>1.439</b>	<b>19.226</b>	<b>70.188</b>	<b>90.853</b>
Depósitos judiciais vinculados	<b>(620)</b>	<b>(5)</b>	-	<b>(625)</b>
Saldo líquido	<b>819</b>	<b>19.221</b>	<b>70.188</b>	<b>90.228</b>

## Tuper S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação  
31 de dezembro de 2022 e 2021  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 16. Provisão para contingências--Continuação

Os depósitos judiciais não vinculados às contingências provisionadas totalizam R\$918 (Controladora) e R\$961 (Consolidado) em 31 de dezembro de 2022 (R\$10.082 Controladora e R\$10.238 Consolidado em 31 de dezembro de 2021).

As provisões constituídas referem-se principalmente a:

a) Contingências trabalhistas

A Companhia e suas controladas são acionadas em reclamações trabalhistas envolvendo principalmente discussões sobre insalubridade, periculosidade, horas extras, entre outros. Cabe ressaltar que uma boa parte dessas demandas foram originadas na Vanzin Industrial de Auto Peças Ltda., em exercícios anteriores à aquisição pela TUPER, bem como, com o desligamento de empregados em maior quantidade devido a reestruturação da estrutura organizacional.

b) Contingências cíveis

Correspondem a processos de natureza cível, além de outras causas de menor valor, destaca-se um processo de valor em torno de R\$11.826, cuja expectativa é de responsabilidade da TUPER, pela indenização no montante citado.

c) Contingências tributárias

O montante de R\$68.328 foi considerado em caso de insucesso da discussão judicial acerca do tema Programa de Parcelamento Refis, em decorrência dos fatos descritos na nota explicativa nº 15. O saldo remanescente de R\$1.860 refere-se a diversas ações envolvendo tributos, as quais estão sendo discutidas na esfera administrativa.

*Causas classificadas como "possíveis"*

A Companhia é parte em ações de naturezas tributária, cível e trabalhista, envolvendo riscos de perda classificados pela Administração como "possíveis".

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Ações trabalhistas	19.283	5.345	20.632	6.814
Ações cíveis	6.344	39.226	6.794	39.712
Ações tributárias	274.809	265.757	274.809	265.757
Total de perdas possíveis	300.436	310.328	302.235	312.283

## Tuper S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação  
31 de dezembro de 2022 e 2021  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 16. Provisão para contingências--Continuação

#### c) Contingências tributárias--Continuação

##### *Causas classificadas como “possíveis”*--Continuação

Por se tratar de causas avaliadas como probabilidade de perda possível os valores acima apresentados não ensejam em provisão, em consonância com as práticas contábeis vigentes. O departamento jurídico faz o acompanhamento dos processos da Companhia e a cada trimestre realiza a atualização formal da atual situação dos processos através de relatórios emitidos por seus consultores externos.

Nas discussões trabalhistas, destaca-se uma ação no montante de R\$11.394, cujo objeto em discussão é referente ao FGTS pago diretamente ao empregado em acordo realizado no ato da rescisão. Rescisões realizadas em acordos judiciais e extrajudiciais entre 2016 e 2018. Atualmente o processo judicial encontra-se em fase de realização de perícia judicial, para apuração dos comprovantes de pagamento juntados nos autos, sendo avaliado como probabilidade de perda possível pelos assessores jurídicos da Companhia.

Nas ações cíveis, no primeiro semestre de 2022, foram finalizadas duas discussões, através de acordos homologados judicialmente, formalizados entre a Devedora e o Credor, no montante de R\$20.328, referente a execução de contratos bancários, nos quais a TUPER figura como avalista. No segundo semestre obtivemos êxito em uma ação de ordem indenizatória que estava valorada em R\$11.772, razão pela qual a mesma transitou em julgado eximindo a Tuper de qualquer pagamento.

As ações tributárias referem-se principalmente a notificações da Secretaria de Estado da Fazenda e da Receita Federal do Brasil, as quais estão sendo discutidas, em sua maioria, na esfera administrativa. Destaca-se um processo no montante aproximado de R\$153.123, relativo a notificação da Receita Federal do Brasil, com relação a dedutibilidade da despesa com amortização de ágio oriundo da incorporação da empresa TS Administração e Participações Ltda., ocorrida em fevereiro de 2004, com repercussão na apuração do IRPJ e CSLL, sendo discutida na esfera judicial, com decisão favorável unânime na primeira, segunda e terceira instância, ou seja, Justiça Federal de Joinville, TRF4 e STJ, aguardando a intimação para apresentar as contrarrazões nos recursos especial e extraordinário promovidos pela União.

## Tuper S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação  
31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 17. Transações entre partes relacionadas

#### a) Transações registradas na Controladora

Em suas atividades as empresas do Grupo realizam operações de compra e venda entre a TUPER e suas controladas, sendo 7 subsidiárias integrais, que geram direitos e obrigações e têm os efeitos eliminados na consolidação do Grupo. As transações oriundas de operações de compra e venda de insumos e produtos são efetuadas em condições acordadas entre as partes.

A Companhia mantém contrato de mútuo a receber da sua Controladora Tuper Participações S.A., o qual foi aditado em 3 de abril de 2017, suspendendo a cobrança de encargos financeiros, tendo recolhido o IOF calculado com base no novo vencimento. O saldo do mútuo com a Controladora será liquidado com retenção de dividendos oriundos de resultados futuros, conforme previsto no plano de negócios da Companhia.

Em 6 de outubro de 2016 a Companhia recebeu investimento da empresa ArcelorMittal Planos Comercial Ltda. (anteriormente denominada Armar Comércio Importação e Exportação Ltda.), subsidiária da ArcelorMittal Brasil S.A., com a qual a TUPER mantém contrato de fornecimento de suas principais matérias-primas. As operações realizadas entre as partes são efetuadas a preços de mercado.

Em dezembro de 2020 a Companhia firmou contrato de mútuo a pagar com quatro de suas controladas, com suspensão de cobrança de encargos financeiros. Com relação ao IOF foi aplicada alíquota zero de acordo com o Decreto nº 10.572 de 11 de dezembro de 2020. Há cronograma de pagamentos mensais e o vencimento da última parcela do contrato mais longo está previsto para 14 de outubro de 2024.

Os saldos abaixo apresentados referem-se às operações entre partes relacionadas existentes no balanço patrimonial da controladora.

	Controladora	
	31/12/2022	31/12/2021
Contas a receber de controladas (nota 6)	11.862	36.108
Contas a receber de ArcelorMittal Projects Americas (nota 6)	-	42.521
Contas a receber de ArcelorMittal Brasil S.A. (nota 6)	4.246	3.176
Contas a receber de ArcelorMittal Gonvarri Brasil S.A. (nota 6)	113	46
Contrato de mútuo a receber da Controladora	177.473	177.473
Adiantamento para aumento de capital em Controladas	-	164
Total Ativos com partes relacionadas	193.694	259.488
Contas a pagar para Controladas (nota 13)	-	406
Contas a pagar para ArcelorMittal Brasil S.A. (nota 13)	273.463	381.590
Contas a pagar para Tuper Participações S.A. (nota 13)	85	405
Contrato de mútuo a pagar para controladas	14.206	22.667
Total Passivos com partes relacionadas	287.754	405.068

## Tuper S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação  
31 de dezembro de 2022 e 2021  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 17. Transações entre partes relacionadas--Continuação

#### a) Transações sem eliminação no Consolidado--Continuação

Os saldos abaixo apresentados referem-se às operações entre partes relacionadas existentes no balanço patrimonial consolidado.

	Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021
Contas a receber de ArcelorMittal Projects Americas (nota 6)	-	42.521
Contas a receber de ArcelorMittal Brasil S.A. (nota 6)	4.246	3.176
Contas a receber de ArcelorMittal Gonvarri Brasil S.A. (nota 6)	113	46
Contrato de mútuo com a Controladora Tuper Participações S.A.	177.473	177.473
Total Ativos com partes relacionadas	181.832	223.216
Contas a pagar para ArcelorMittal Brasil S.A. (nota 13)	273.463	381.590
Contas a pagar para Tuper Participações S.A. (nota 13)	85	405
Total Passivos com partes relacionadas	273.548	381.995

#### b) Remuneração da Administração

Em 31 de dezembro de 2022 a Administração da Companhia era composta por 5 membros do Conselho de Administração e 2 Diretores Estatutários. O total do pagamento de remuneração e participação nos resultados a esses profissionais do exercício acumulado até 31 de dezembro de 2022 foi R\$4.600 (R\$3.246 em 31 de dezembro de 2021).

#### c) Avais e garantias

A TUPER mantém operações de aval e garantia entre partes relacionadas, em contratos com instituições financeiras que são avalizados por partes relacionadas..

A Companhia concedeu aval em favor de FB Participações Ltda. e Steelmast Metalúrgica Ltda., empresas controladas pelo Diretor Presidente da Companhia, perfazem uma exposição de aproximadamente R\$46.300 (R\$57.000 em 31 de dezembro de 2021).

### 18. Patrimônio líquido

#### a) Capital social

O capital social, pertencente aos acionistas, todos domiciliados no País, é de R\$175.000, dividido em 390.154 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal em 31 de dezembro de 2022 e 2021.

## Tuper S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação  
31 de dezembro de 2022 e 2021  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 18. Patrimônio líquido--Continuação

b) Ajuste de avaliação patrimonial

Refere-se ao custo atribuído ao ativo imobilizado registrado na data de transição ao IFRS, que está sendo realizado contra a conta de lucros acumulados proporcionalmente à depreciação dos bens que lhe deram origem. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 foi realizado o montante de R\$1.895 líquido dos impostos (R\$1.955 em 31 de dezembro de 2021). O saldo apresentado em 31 de dezembro de 2022 é de R\$29.147 (R\$31.042 em 31 de dezembro de 2021).

c) Reserva legal

Constituída na proporção de 5% do lucro do exercício, limitada a 20% do capital social. O saldo apresentado em 31 de dezembro de 2022 é de R\$4.189 (em 2021 apresentou prejuízo acumulado).

d) Retenção de lucros

Corresponde ao valor remanescente do lucro líquido do período não destinado, como o excedente dos resultados do período, ainda não deliberados pela assembleia. O saldo apresentado em 31 de dezembro de 2022 é de R\$9.750 (em 2021 apresentou prejuízo acumulado).

e) Dividendos - Controladora

A política de distribuição de dividendos está estabelecida na letra "b" do artigo 36 do Estatuto Social, de 25% no mínimo do lucro líquido ajustado na forma do artigo 202 da Lei nº 6.404/76 com alterações da lei nº 10.303/01. Visando a melhor gestão de caixa e otimização do capital de giro próprio da Companhia, a Administração recomendou ao Conselho de Administração a não distribuição de dividendos referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, o qual deverá ser devidamente deliberado na Assembleia Geral Ordinária dos Acionistas. Em relação ao exercício de 2021 não foram distribuídos dividendos.

## Tuper S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação  
31 de dezembro de 2022 e 2021  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 19. Receita operacional líquida

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Receita mercado interno	<b>2.745.620</b>	2.713.445	<b>2.860.269</b>	2.799.339
Receita mercado externo	<b>483.460</b>	287.171	<b>483.460</b>	287.171
Receita operacional bruta	<b>3.229.080</b>	3.000.616	<b>3.343.729</b>	3.086.510
Devoluções de vendas	<b>(44.455)</b>	(43.685)	<b>(45.502)</b>	(44.833)
Impostos sobre vendas	<b>(546.658)</b>	(566.732)	<b>(588.353)</b>	(600.203)
Receita operacional líquida	<b>2.637.967</b>	2.390.199	<b>2.709.874</b>	2.441.474

### 20. Custos e despesas operacionais por função e natureza

A Companhia optou por apresentar a demonstração do resultado por função. A seguir, o detalhamento da demonstração do resultado por natureza:

Despesas por função	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Custos dos produtos/serviços vendidos	<b>(2.191.876)</b>	(2.020.664)	<b>(2.191.927)</b>	(2.013.919)
Despesas com vendas	<b>(221.496)</b>	(153.851)	<b>(260.364)</b>	(188.231)
Despesas gerais e administrativas	<b>(35.810)</b>	(26.665)	<b>(39.826)</b>	(30.847)
Outras receitas e despesas (nota 21)	<b>(36.013)</b>	(31.064)	<b>(36.318)</b>	(31.880)
<b>Total das despesas por função</b>	<b>(2.485.195)</b>	(2.232.244)	<b>(2.528.435)</b>	(2.264.877)

  

Despesa por natureza	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Custos dos estoques	<b>(2.055.690)</b>	(1.898.446)	<b>(2.055.741)</b>	(1.891.702)
Salários e benefícios a empregados	<b>(158.690)</b>	(133.274)	<b>(167.290)</b>	(140.507)
Depreciação e amortização	<b>(29.427)</b>	(30.806)	<b>(31.880)</b>	(33.037)
Impairment de ágio	<b>(30.293)</b>	-	<b>(30.293)</b>	-
Demais receitas (despesas)	<b>(211.095)</b>	(169.718)	<b>(243.231)</b>	(199.631)
<b>Total das despesas por natureza</b>	<b>(2.485.195)</b>	(2.232.244)	<b>(2.528.435)</b>	(2.264.877)

## Tuper S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação  
31 de dezembro de 2022 e 2021  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 21. Outras receitas e despesas, líquidas

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Indenizações em processos judiciais	(1.397)	(3.435)	(1.704)	(4.017)
Provisão/reversão de contingências	5.341	(18.112)	5.722	(18.058)
Impairment de ágio	(30.293)	-	(30.293)	-
Demais receitas e despesas	(9.664)	(9.517)	(10.043)	(9.805)
<b>Total de outras receitas e despesas</b>	<b>(36.013)</b>	<b>(31.064)</b>	<b>(36.318)</b>	<b>(31.880)</b>

### 22. Resultado financeiro líquido

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
<b>Receitas financeiras</b>				
Variação cambial ativa	56.207	29.877	56.207	29.877
Atualização créditos tributários	6.412	3.119	6.412	3.119
Juros recebidos	1.896	988	2.303	1.343
Outras receitas financeiras	5.417	18.177	5.493	18.280
	<b>69.932</b>	<b>52.161</b>	<b>70.415</b>	<b>52.619</b>
<b>Despesas financeiras</b>				
Variação cambial passiva	(54.756)	(40.795)	(54.756)	(40.795)
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(92.706)	(63.659)	(99.196)	(69.369)
Juros sobre negociação com fornecedores	(8.252)	(5.879)	(8.257)	(5.880)
Juros sobre parcelamento de tributos	(3.025)	(19.172)	(4.523)	(19.950)
Imposto sobre operações financeiras	(1.616)	(1.496)	(1.740)	(1.600)
Despesas aval e carta fiança	(21.701)	(27.703)	(21.701)	(27.703)
Outras despesas financeiras	(2.886)	(5.634)	(3.086)	(5.758)
	<b>(184.942)</b>	<b>(164.338)</b>	<b>(193.259)</b>	<b>(171.055)</b>
<b>Resultado financeiro líquido</b>	<b>(115.010)</b>	<b>(112.177)</b>	<b>(122.844)</b>	<b>(118.436)</b>

## Tuper S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação  
31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 23. Imposto de renda e contribuição social

#### a) Provisão para imposto de renda e contribuição social corrente e conciliação com o resultado

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Lucro antes dos impostos	<b>52.838</b>	50.813	<b>58.595</b>	58.161
Alíquota nominal	<b>34%</b>	34%	<b>34%</b>	34%
IRPJ e CSLL calculados à alíquota nominal	<b>(17.965)</b>	(17.276)	<b>(19.922)</b>	(19.775)
Efeito sobre diferenças permanentes				
Equivalência patrimonial	<b>5.126</b>	1.712	-	-
Diferença de alíquota em controladas (Lucro Real x Lucro Presumido)	-	-	-	(3.137)
Créditos tributários (Nota 8)	-	22.962	-	22.962
Outros ajustes	<b>(4.779)</b>	(13.685)	<b>(3.453)</b>	(13.685)
Reconhecimento de prejuízo fiscal não contabilizado	<b>48.567</b>	10.195	<b>48.567</b>	10.195
IRPJ e CSLL no resultado	<b>30.949</b>	3.908	<b>25.192</b>	(3.440)
Imposto corrente	<b>(21.249)</b>	(678)	<b>(27.938)</b>	(8.026)
Imposto diferido	<b>52.198</b>	4.586	<b>53.130</b>	4.586

#### b) Composição do imposto de renda e contribuição social diferidos

Ativo não circulante	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Prejuízos fiscais e Base Negativa de CSLL	<b>169.611</b>	130.715	<b>169.611</b>	130.715
Provisão reflexo discussão Refis (nota 15)	<b>24.273</b>	24.273	<b>24.273</b>	24.273
Diferença temporária - Provisões	<b>31.192</b>	29.247	<b>32.461</b>	29.247
Diferença temporária - Impairment	<b>1.266</b>	1.426	<b>1.266</b>	1.426
Diferença temporária - Arrend. mercantil	<b>(897)</b>	(1.336)	<b>(1.233)</b>	(1.336)
Diferença temporária - Ágio	<b>(29.557)</b>	(39.857)	<b>(29.557)</b>	(39.857)
Diferença temporária - Vida útil	<b>(39.925)</b>	(39.735)	<b>(39.925)</b>	(39.735)
Diferença temporária - Custo atribuído	<b>(14.340)</b>	(15.295)	<b>(14.340)</b>	(15.295)
Diferença temporária - Bens reavaliados	<b>(446)</b>	(459)	<b>(446)</b>	(459)
Total dos impostos diferidos - ativo não circulante	<b>141.177</b>	88.979	<b>142.110</b>	88.979

A Administração prevê que os ativos diferidos decorrentes das diferenças temporárias serão realizados na proporção da realização dos passivos que lhe deram origem. Com relação aos créditos fiscais diferidos ativos, constituídos sobre prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, a Administração estima que deverão ser realizados num exercício de aproximadamente dez anos, conforme plano de negócios aprovado pelo Conselho de Administração.

## Tuper S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação  
31 de dezembro de 2022 e 2021  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 23. Imposto de renda e contribuição social--Continuação

#### b) Composição do imposto de renda e contribuição social diferidos--Continuação

Em 31 de dezembro de 2022 a Companhia possui um saldo de aproximadamente R\$86.000 não registrados de Ativo Fiscal Diferido sobre Prejuízos Fiscais e Base Negativa de CSLL (R\$135.000 em 31 de dezembro de 2021).

### 24. Cobertura de seguros

A TUPER trabalha continuamente com a identificação, análise e administração de riscos, verificando a melhor forma de gerenciamento de transferência, absorção ou compartilhamento do risco com o mercado segurador.

As apólices de seguro são emitidas apenas em companhias de seguro de grande porte que possam atender a TUPER nas localidades onde possuímos operações. Os bens estão assegurados conforme discriminado a seguir:

<u>Modalidade</u>	<u>Objeto</u>	<u>Cobertura</u>
Seguro compreensivo	Veículos	Tabela Fipe + VMR 100%
Cobertura básica	Patrimonial e lucro cessante	100%, com limite de R\$108.000 por sinistro
Responsabilidade civil	Danos morais e materiais	R\$35.000
Risco coberto	Transportes nacionais	100%, com limite de R\$700 por carga (contratado pela transportadora)
Risco coberto	Transportes internacionais	Seguro por conta do cliente (Incoterm CFR)

### 25. Lucro por ação

A Companhia apresenta o mesmo valor do lucro básico e diluído por não possuir ações ordinárias com potencial dilutivo:

	<u>Controladora e Consolidado</u>	
	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Lucro atribuível aos acionistas da Companhia	<b>83.787</b>	54.721
Ações ordinárias em poder dos acionistas (ações)	<b>390.154</b>	390.154
Lucro básico e diluído por ação - em reais (R\$)	<b>214,76</b>	140,25

## **Tuper S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação  
31 de dezembro de 2022 e 2021  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### **26. Eventos Subsequentes**

No dia 08 de fevereiro de 2023, o Supremo Tribunal Federal concluiu o julgamento dos temas 881 e 885 no sentido da perda dos efeitos de decisões individuais transitadas em julgado, a partir de mudança posterior de entendimento da corte, em questões tributárias. A Companhia realizou uma avaliação conjuntamente com seus assessores jurídicos e não foi identificado nenhum caso, que tenha efeito significativo sobre suas operações.